

“Quem ampara a infância trabalha pela pátria”: o instituto de proteção e assistência à infância da Bahia pela criança e pela pátria - 1903-1923.

ANDRÉ ARAUJO DOS SANTOS*

O cuidado com a infância pobre através da caridade teve na atuação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia um dos principais locais de assistência social a infância pobre em Salvador do período colonial à república. Portanto, não é possível dissociar uma intervenção na vida de crianças pobres de uma ação caritativo-religiosa, pois a instituição estava intimamente ligada a Igreja Católica na figura de sua Irmandade da Misericórdia. Desta forma, nos parece interessante tomar as ações desta longeva instituição para se pensar a atuação dos adultos no mundo das crianças pobres. Não desconsiderando a presença dos jesuítas como uma das obras pioneiras de assistência a infância, mas privilegiando a Santa Casa em virtude desta ter acompanhado diversas organizações políticas no Brasil e, ao nosso olhar, ter cumprido um papel semelhante, pelo menos em relação a não ter dissociado dos cuidados com a infância uma aguda preocupação religiosa.

As Santas Casas de Misericórdia são os locais mais antigos que se tem notícia no Brasil que buscou prestar algum tipo de assistência a pobres. Inspiradas nas 14 obras da misericórdia as Santas Casas deveriam, sobre o signo da fé e da caridade, prestar assistência a viúvas, presos, indigentes, enfermos e órfãos. Seja alimentando-os, reduzindo seus sofrimentos e avivando o espírito cristão nos corações dos fiéis. Inspiradas pelas 14 obras da Misericórdia que eram: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos, que seriam as obras materiais ou corporais. Havia também as obras espirituais que seriam: dar bons conselhos; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os tristes; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; rogar a Deus por vivos e defuntos (SANTIAGO, 1983: 62).

É difícil estabelecer um marco fundador da irmandade em Salvador e alguns problemas colaboram para tal. Entre os principais problemas para datação pode-se citar a má

*Mestrando no programa de pós-graduação em história da Universidade Estadual de Feira de Santana. Bolsista CAPES.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

conservação de documentos; insetos; a destruição de muitos documentos durante as invasões holandesas em 1624, evento relatado por provedores da Santa Casa, enquanto estes elaboravam crônicas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, onde se destacou o relatório do Irmão Manoel José de Figueiredo Leite e o *Tombamento de Bens Imoveis* por Antonio Joaquim Damázio, contador da Santa Casa. Teriam estes eventos e as condições materiais dos arquivos da Santa casa dificultado uma datação mais precisa do estabelecimento da irmandade em Salvador, mas não impossibilitado uma reconstituição baseada em outras documentações.

As cartas do jesuíta Manoel da Nóbrega é que marcam de fato o momento onde já existe algo de concreto sobre a existência da Irmandade da Santa Misericórdia em Salvador. Não buscamos estabelecer uma datação precisa da fundação das obras de misericórdia aqui, tal qual buscou historiadores baianos no início do século XX, mas apenas refletir que no processo de construção de uma assistência aos pobres em Salvador, desde a fundação da cidade, uma ação caritativa religiosa, ou seja, uma iniciativa privada protagonizou os cuidados com a infância desvalida em Salvador, deixando em segundo plano uma ação dos poderes reais e da municipalidade. Estas questões foram encaradas desde o começo da colonização como sendo questões que deveriam ser tratadas no âmbito de particulares, preferencialmente pessoas ligadas à Igreja, sejam através de ordens religiosas ou irmandades leigas, ou seja, isto confirma que houve deliberada negligencia pública na resolução dos problemas da infância desvalida desde o que era então o embrião de um Brasil.

Como já era de praxe, as ordens religiosas e ou demais particulares assumiam a obra caritativa e ao rei ficava incumbido, teoricamente, a doação de vultuosas esmolas para manutenção das obras que estes empreendiam. Alias, as irmandades só assumiam a obra de caridade caso o rei garantisse que isso não incorreria em prejuízo para as mesmas. Os centros que prestavam algum tipo de assistência à pobres, como hospitais, orfanatos, recolhimentos, cemitérios parece que desde sua gestação na administração colonial já nasciam com a intenção de, se não forem lucrativos, que não dessem prejuízos a quem os administrava.

Se a idéia de obrigação ou sacrifício é afastada quando se pensa no status social conferido aos membros da irmandade, que passavam a fazer parte do mesmo circulo de caridade que o rei, que pessoas importantes da colônia como o governador-geral do Brasil Mem de Sá, pode-se então excluir essa idéia ao analisar os privilégios que os confrades dispunham prestando estes serviços ao rei. Dentre alguns privilégios pode-se citar alguns

como os concedidos por D. Manoel: Esmola anual de 1000\$000 para entretenimento dos órfãos; carregar os cadáveres de monarcas e príncipes, o que sem dúvidas era um grande privilegio para o período; regalias de tabelião ao escrivão da mesa da Irmandade, bem como fé pública nos negócios pertinentes a Misericórdia; dispensa de prestar contas de sua administração em juízo; isenção de imposto de décima sobre prédios urbanos entre outros benefícios (SANTIAGO, 1983: 66).

Para além de benefícios que constam nesse termo de compromisso assinado por D. Manoel, os quais muitas das cláusulas foram alteradas no decurso do tempo, seja por caírem em desuso, ou por implicações políticas, uma outra vantagem existira para os membros da irmandade. Estes se tornavam administradores das doações vindas de testamentos. Muitas dessas doações de particulares, a maioria das elites baianas, não somente de Salvador, protagonizavam às vezes disputas com ordens religiosas, como no caso do espólio de Mem de Sá, onde houve grande disputa entre os jesuítas e os irmãos da Santa Casa, tendo esta querela perdurada por mais de 40 anos.

Em se tratando de assistência à infância no Brasil colonial não pretendemos afirmar que havia uma preocupação com o desenvolvimento de crianças, ou que estejamos inclinados a reconhecer que já havia nesse período um reconhecimento da especificidade desta etapa da vida, o que Àries (1981) chamava de um sentimento de infância, com consequente priorização da infância em detrimento de outras faixas etárias. Até o momento viemos ressaltando o papel da Santa Casa de Misericórdia na assistência a pobres, sem fazer um recorte a respeito de crianças, pois não havia de fato, instituições que encarassem esta etapa da vida como algo específico e que merecesse prioridade em detrimento de outros grupos sociais.

A assistência a infância era corporificada em ações, principalmente através de orfanatos esparsos e a ação de particulares que se compadeciam com o abandono de crianças nas ruas. Estes particulares, como bem ressaltou Venâncio (1999) e Russell-Wood (1981) eram os que principalmente atenderam as crianças abandonadas no Brasil colonial. Isso deixa claro principalmente a desassistência que o poder público, no caso, as câmaras municipais e a casa Real tratavam sem prioridade e medição de esforços para sanar esta questão das crianças expostas, órfãs ou abandonadas. Evitando-se assim que estes percessem de fome, frio, comido por animais, após o abandono, como também já ressaltou Marcilio (2006: 54). Ou seja, no limite da desgraça da morte de familiares ou em se tratando de abandono, seja qual

fosse o motivo, era o momento em que os adultos se mobilizavam para prover assistência a criança pobre. Nunca estas crianças foram um segmento privilegiado. Suas condições físicas mais frágeis e sem autonomia para cuidarem de seu futuro essas crianças ficavam a mercê da boa sorte ou do pouco azar de nascerem em um meio que as permitisse crescer. Nasceram em uma sociedade acostumada com os altos índices de mortalidade infantil e que não se organizavam e que não dispunham de meios técnicos elaborados para prevenir esses tristes eventos. Aos adultos restavam-lhes apenas rezar para que estes sobrevivam ou que caso morram precocemente que pelo menos tenham sido batizadas.

Segundo Damázio (1865: 60), a roda dos expostos teria começado a funcionar no ano de 1726, tendo a irmandade da misericórdia aceitado a tarefa somente após a garantia de recebimento de esmola anual para o tal empreendimento em prol da proteção da criança enjeitada. Foi estipulada uma esmola anual para garantia da alimentação e entretenimento dos órfãos (Russel-Wood, 1981: 240). Sendo assim, a irmandade da misericórdia destaca-se como uma das obras pioneiras na assistência a primeira infância pobre em Salvador através do asilo dos expostos. Acolhendo crianças, dando de comer, beber, batizando-os e enterrando-os. Pela quantidade de mortes ocorridas com os expostos, o ato de sepultamento acabou sendo uma das grandes atribuições do asilo de órfãos, inclusive nos fazendo imaginar que em uma sociedade desigual e com dificuldades de assistir as crianças nos mínimos detalhes, o abandono pode ser também considerado como uma estratégia das camadas populares para prover um enterro cristão para as crianças.

A implantação desse sistema embora aponte para uma condescendência da irmandade com o abandono de crianças, visava na verdade reduzir o abandono de crianças em terrenos baldios, praias e estradas. Ou seja, a irmandade da misericórdia pretendia evitar que as crianças fossem largadas à própria sorte, podendo inclusive ser devoradas por animais. Algo que sem dúvida assombrava e comovia a população.

A mortalidade dentro dos segmentos de expostos era muito alta, segundo Marcilio (2006:54), a mais alta dentre todos os segmentos sociais, inclusive considerando-se escravos. Segundo Athayde (1979: 9-25), em levantamento sobre a mortalidade na Santa Casa entre os anos de 1805 à 1854, por exemplo, os índices chegavam a atingir cerca de 2/3 dos expostos.

Embora possamos encontrar referências a orfanatos, já desde 1552 (Russel-Wood, 1981: 63), essas iniciativas foram esparsas e não configuraram instituições organizadas e que

deram caráter de movimento coletivo para cuidar de uma demanda específica para a infância. A roda dos expostos era reconhecida socialmente e representava a transposição de parte do mundo ibérico para a colônia. Sem dúvidas não havia instituição que concorresse com a Santa Casa em termos de assistência social à infância pobre e outras demandas que implicavam no desenvolvimento da colônia portuguesa.

A assistência de caráter imediatista que as redes de assistências privadas ligadas à Igreja Católica, como as irmandades e ordens religiosas, empreenderam não tinham essa preocupação conjuntural. Destacavam-se, sobretudo, pelo atendimento imediato e alívio da dor, projetavam socialmente seus membros e não pretendia influir em um plano mais macro da sociedade. As hierarquias sociais eram fundamentalmente mantidas. Esse novo aparato desenvolvido pelos que chamaremos de atores filantropo-científicos, embora não alterassem as hierarquias sociais, desejavam inserir o poder público definitivamente e ativamente, não apenas como colaborador, na questão do amparo ao menor. Buscou-se justificar pela nova configuração do cenário político nacional – uma nação independente, maior território da América do sul, ainda não densamente povoado e que deseja protagonizar no cenário sul-americano – a necessidade de desenvolver a nação através do aumento de sua população, conseqüentemente sua mão-de-obra

Médicos e juristas se convocaram para contribuir com a resolução dos problemas da infância pobre. Esses dois campos do saber é que vão formar concepções sobre a infância e ter atuação que busque intervir no recente Brasil republicano sociedade brasileira. Anteriormente ao século XIX era a infância abandonada que incomodava e mobilizava a sociedade. Durante o transcorrer do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, somaram-se ao fim da escravidão e reorganização da sociedade, a construção da nova república, o controle das classes perigosas para evitar que estas ameacem o projeto de identidade nacional das elites. Pensar e assistir a infância pobre tornou-se uma questão não mais inspirada apenas na caridade cristã. Tornava-se a ser principalmente uma atitude necessária para aqueles que necessitavam de uma coesão social que mantivesse as hierarquias sociais, criasse uma identidade nacional onde os ecos da abolição não incomodassem as elites e que as mudanças implicassem em progresso e controle social.

A partir do início do século XX, médicos, juristas, políticos, enfim, homens que não mais falavam mais apenas em nome da fé e da caridade, mas sim em nome da ciência e do

desenvolvimento da nação brasileira. Avivados pelo espírito nacionalista da então recente república brasileira passaram desde então a requerer o controle da assistência social à infância pobre. “Serem ouvidos! Influir nas decisões políticas e de saúde” (PEREIRA, 2002: 20) era o que os médicos, principais responsáveis pela assistência a infância no século XX, junto aos juristas desejavam. Clamavam para si, enquanto especialistas nos cuidados com o corpo e na redução dos sofrimentos físicos, a responsabilidade da obra de proteção da infância, bem como o reconhecimento de seus esforços. Os médicos práticos buscavam no exercício de sua proteção a obtenção de prestígio social.

O Dr. Alfredo Ferreira Magalhães, médico baiano e um dos membros fundadores do Instituto de Proteção a Infância da Bahia, numa oportunidade em que fez um pronunciamento no Congresso Nacional dos Práticos em 1922 deixou evidente que o interesse da classe médica era o de reconhecimento e que a definição das políticas de saúde pública deveria ficar a cargo dos verdadeiros especialistas, segundo ele, os médicos. Ele concluiu que:

“Muito vem perdendo a nossa profissão, é força e pena dizê-lo, no que tange ao seu antigo *prestígio* em nosso meio. As causas de semelhante fato são múltiplas, e não singulares. Ora vemos legislarem doutos em verdade, esquecendo porém de *ouvir* os mais práticos em cada caso particular” (PEREIRA, 2002: 20)

Em 24 de março de 1880 (WADSWORTH, 1999), no crepúsculo do século XIX no Rio de Janeiro, o médico Carlos Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI). Uma instituição pioneira na chamada caridade científica, como ele mesmo denominara, e que teria construído o modelo assistencial e a base ideológica para a consolidação da institucionalização da infância no Brasil. Uma instituição privada e sem dúvida, pela sua difusão e amplitude dos serviços que desejava prestar, a mais ambiciosa do início da república.

Sua iniciativa configurou o que podemos interpretar como a primeira rede de assistência social a infância no Brasil com pretensão científica. Baseado na puricultura e suas disposições higienista e eugênicas. O referido instituto, além de prestígio social, conferido ao Dr. Moncorvo Filho no Brasil, credenciou-o também como um representante do Brasil nos assuntos dos cuidados com a infância pobre também no exterior. No 1º Congresso Brasileiro de Proteção a infância que foi concomitante ao 3º Congresso pan-americano

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

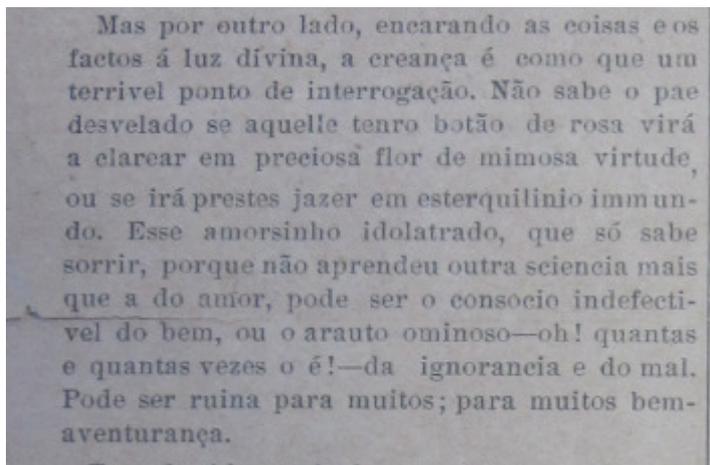
Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

realizado em 1922, era o principal nome em se tratando de políticas e ideais circulantes sobre a infância.

Estes novos atores nos cuidados com a infância pobre buscaram normatizar práticas de cuidado com crianças, rivalizando com os modelos antigos de socorro a infância pobre, como o asilo da irmandade da misericórdia, e em complemento a esta ação tentaram intervir no comportamento das famílias pobres, por considerarem-na o foco da disseminação dos males que poderiam arruinar o projeto de desenvolvimento social do Brasil (ver RIZZINI, 2011: 122). O jornal “O Petiz” que era um veículo ideológico da filial baiana do IPA em um de seus exemplares (O Petiz, junho de 1908, Ano II, nº 1) trazia informações sobre a propensão ao crime inata das crianças e problematizava isso com questões circulantes no âmbito internacional, por exemplo, as discussões no parlamento inglês sobre as mudanças jurídicas em relação a infância. Afirmavam que era necessário ter cuidado na mais tenra idade para evitar que a criança fosse um ser vil.



Estes atores, assim como os membros da irmandade da misericórdia em passado mais distante, também exigiram do governo subsídios para o tal empreendimento de amparo a infância pobre. Utilizavam colunas como “Registro do bem”, “O prédio” (coluna para prestar contas das doações destinadas a construção do hospital do IPAI-BA) e esporadicamente esboçavam alguma insatisfação pontual com a governança e sua negligencia para a tal importante obra.

No dia “onze de outubro de 1903 foi a data da installação, nesta cidade do Salvador, do “Instituto de Proteção e Assistência á Infância da Bahia”(COUTO, 1973: 162). Desta forma 32 anos depois o Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães se referia a fundação da filial do

Instituto de Proteção e Assistência a Infância que começou a exercer suas atividades de fato em Maio de 1904.

Era uma instituição de caráter filantrópico-científico que prestava assistência médica gratuita a famílias pobres na cidade do Salvador, exigindo-lhes presença nas palestras sobre higiene infantil ministradas no seu prédio.

Tinha como interesses, segundo seus estatutos: fundar um hospital de crianças; cuidar sobre a lactação na classe pobre, sob a proteção do governo ou município; investigar as condições em que viviam as crianças pobres, para proporcionar-lhes a devida proteção; difundir entre as famílias pobres e proletárias noções elementares de higiene infantil por meio de pequenos opúsculos; fundar pequenos dispensários nos bairros pobres da cidade; exercer tutela sobre meninos pobres da cidade que estejam entregues a mendicância, vadiagem, libidinagem, os que recebem maus tratos físicos habituais ou excessivos, os que atuam em ofícios perigosos, impróprios para idade e as crianças moralmente abandonadas entre outras atribuições, era o que o IPAI propunha.

O IPAI fora muito importante para implementação de políticas públicas para a infância. Moncorvo filho em 1919 desenvolveu um projeto de caráter nacional para, sobretudo, pensar e estimular a intervenção do Estado na causa da assistência à criança pobre. Seu projeto, em se tratando de estatística e organização foi a base para a implementação do departamento nacional da criança (WADSWORTH, 1999).

O plano político havia mudado com a república, o espírito que guiava a classe dirigente era o positivismo e os ideais de ordem e progresso. Estes novos atores podiam de forma menos desigual disputar o controle social de segmentos humanos com o poder público. No caso que analisamos, a prestação de serviços ao público infantil, foi o alvo da investida da iniciativa privada em tentar se impor em nome da ciência, como organizadora da sociedade brasileira.

O novo paradigma que deveria orientar o crescimento da nação seria a ciência, porém, ao contrário do que se possa pensar apressadamente, isso não significou o abandono da ideologia cristã. Pelo contrário, muitos dos argumentos utilizados por estes novos filantropos se assentavam em pressupostos religiosos. Laicização da sociedade baiana era algo muito difícil de pensar na época. Pensar em ruptura, não com o clero, mas com a mentalidade extremamente religiosa da população era algo muito improvável de ser executado. O principal

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

membro do IPAI-BA, o Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães era um católico fervoroso e não abriria mão de sua fé na implementação de suas políticas no IPAI-BA. Os ideais religiosos sempre estiveram próximos, na verdade, em muitos casos, agentes da caridade, como ele não dissociaram ciência e religião na atuação e assistência à criança pobre. Em uma coluna do Petiz, chamada “profilaxia moral”, o Dr. Alfredo reproduziu uma palestra apresentada no círculo católico, onde fazia um levantamento de práticas profiláticas sustentadas por concepções católicas de casamento. As referências bíblicas que Magalhães utilizava nas escrituras para justificar seus atos, para elaborar códigos de conduta moral no trabalho, na rua e na formação familiar, dizia ele, estavam perfeitamente alinhadas com as novas concepções de puricultura que se apresentava naqueles tempos. O Dr. Alfredo Magalhães buscava defender uma moral cristã, em sua atuação tanto no IPAI, quanto como o diretor da Escola Normal, instituição que dirigiu por duas oportunidades.

É na alvorada do século XX que o cuidado com a infância vai ser considerado como algo central na organização social brasileira. Se Àries teria indicado que o desenvolvimento do sentimento de infância com a ascensão das famílias burguesas, na Europa, principalmente na França, pelo menos dois séculos antes da proclamação da república brasileira, e tendo o Brasil um desenvolvimento nacional diferente dos estados nacionais europeus, podemos inferir alguns outros fatores que colaboraram para fundamentar as concepções de infância na nova organização social e política brasileira.

A construção de um ideal nacional que busca romper com um passado escravista, através do aniquilamento da memória da escravidão, o controle dos segmentos oriundos deste passado, bem como de sua cultura e memórias teriam colaborado na construção de concepções a respeito da infância. Algumas teses a respeito da inaptidão das famílias pobres para cuidar de crianças, por conviverem com os vícios de seus pais, bem como a opinião de que os locais onde estes viviam eram focos de disseminação de doenças.

O Instituto de Proteção à Infância da Bahia foi no início do século XX, uma dos principais meios de assistir a infância pobre na Bahia, mas não o único. Além deste, o seu principal concorrente fora ainda, sem dúvidas, o Asilo da Santa Casa e suas concepções, consideradas por médicos como o Dr. Alfredo e o Dr. Martagão Gesteira, atrasadas e letais para os pequenos. Um dos argumentos utilizados por estes médicos seriam os altos índices de mortalidade infantil por pessoas não habilitadas e conhecedoras das ciências naturais. Os

índices de mortalidade verificados no Dispensário Infantil do IPAI contrastavam de forma gritante em relação aos que apresentavam a Santa Casa. Embora sem citar, a “Roda da Morte”, como Martagão Gesteira fez ser conhecida a Roda dos Expostos, uma das questões que o IPAI-BA fez questão de divulgar foi o seus índices de mortalidade, bem como a administração de vacinas, formulas, quantidade de atendimentos, sempre enfatizando a falta de recursos do governo.

A intervenção junto à infância com o objetivo de higienizá-la para formação de uma geração na qual estavam depositadas as esperanças de um futuro prospero e de uma nação protagonista, demonstra uma concepção de infância como uma faixa etária do sujeito em que é o momento de preparação para a vida adulta, desconsiderando as especificidades da criança no presente. Além disso, a abordagem das famílias, com o objetivo de ensinar-lhes a forma adequada de educar seus filhos, baseava-se numa perspectiva de controle e conformação, tanto da criança quanto da família, à ordem social vigente.

O IPAI-BA enquanto instituição filantrópica que raramente contou com algum tipo de subvenção do governo se mantinha com dificuldades e com demanda crescente de atendimentos. Como arrecadar dinheiro para as obras do IPAI-BA, sendo que tradicionalmente a população estava habituada a fazer doações apenas para as irmandades e ordens religiosas? Havia uma cultura de financiar, em vida ou após a morte, somente as obras de Deus. Como obter apoio financeiro para instalações e materiais para curar moléstias, comprar formulas, vacinas e demais materiais para assistir a infância desvalida que tanto custava? O instituto teria que se apoiar em uma rede de comunicação que conseguisse atingir a população. O veículo utilizado foi o Petiz e a mensagem apelava para o espírito cristão. O IPAI-BA soube conciliar ciência e religião em busca dos seus interesses. O Petiz constitui-se como veículo de divulgação das ações do IPAI-BA durante cerca de 12 anos e além da prestação de contas das doações, sejam essas doações declaradas, anônimas, de associações esportivas ou comerciais, a sua maior importância foi como divulgador dos ideais eugenistas e higienistas propagados pelo IPAI-BA, bem como a elevação do espírito patriótico que sempre alardeou.

Importante na divulgação das intenções do IPAI-BA, para subscrições populares para arrecadar fundos, o jornal O Petiz foi o importante veículo ideológico do instituto. O jornal O Petiz” era impresso mensalmente com data de lançamento de suas edições sempre no dia 15

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

em edições que variavam a quantidade de páginas e começou a ser impresso três anos após a fundação do IPAI. Seu primeiro exemplar foi o de 15 de Maio de 1907.

Nos periódicos do Petiz, era destacada em todas as suas edições a informação: “Um Órgão do Instituto de Proteção e Assistência a Infância”. Um corpo precisa de um coração para ser a força propulsora do corpo e seu funcionamento depende de um pulmão que lhe dê fôlego. O Petiz tinha na ideologia trazida consigo e em suas atividades o motor que lhe fazia existir e no Petiz um órgão que lhe dava fôlego para se manter existindo. Mediante a divulgação das suas atividades, através da disseminação dos seus princípios e para conseguir o financiamento do instituto, seja através das doações ou através dos anúncios que passaram a frequentar as páginas do Petiz.

O jornal trazia sempre na sua parte superior a inscrição “Infantes tuendo pro Patria laboramus” (ZANIANI, 2008: 27), e logo ao lado em português sua equivalente “Quem ampara a infância trabalha pela Pátria”. Esta inscrição demarcava qual o tipo de ação que buscavam os representantes do IPAI. Dando-lhes um caráter patriótico a inscrição pretendia legitimar para a população, principalmente as elites políticas e intelectuais e os representantes do governo que o seu trabalho era, sobretudo, uma obra pró-nação.

O conteúdo do Petiz era diversificado, mas sempre com um foco. Pensar a criança brasileira como algo central e que merecia prioridade enquanto um segmento vulnerável. Nos dias atuais a obviedade desta perspectiva não carece de maiores explicações, pelo contrário, os que se colocam contrários a isto são repreendidos imediatamente. Porém no período que o Petiz surge que é um momento de gestação de mudanças na legislação e nos olhares sobre a infância pobre, sequer existia um código de menores que reconhecesse esta priorização das crianças diante de outros grupos sociais.

A priorização da infância como uma das diretrizes do IPAI-BA e a divulgação deste ideal através do Petiz. Essa mudança das concepções de assistência a infância, onde a criança vai passar a ser priorizada passa a ser algo explícito em diversas colunas do Petiz. Desde as colunas sobre educação às que tratavam especificamente de saúde e suas normas de puericultura. Se a criança passou a tornar-se algo central para esses filantropos, a negligência estatal desenhou se em nível nacional até a implementação do Departamento Nacional da Crianças em 1940. Enquanto foram os principais atuantes na proteção a infância quiseram

eles criar um novo lugar para os pequeninos. Instigando-lhes sempre a serem cidadãos preparados para o trabalho, dóceis e patrióticos.

REFERÊNCIAS:

ATHAYDE, Johildo Lopes de. **“Filhos ilegítimos e crianças expostas (notas para o estudo da família baiana no século XIX)”**. Salvador, revista da Academia Baiana de Letras, nº 27: 9-25, 1979.

COUTO, Gracília Magalhães de Almeida. Centenário do professor Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro, 1973, p.162

DAMÁZIO, Antonio Joaquim. **Tombamento de Bens Imoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862**. Typografia de Camyllo, 1865, p.60.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950**. In: FREITAS, Marco Cesar. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006, p.54.

Jornal **O Petiz**, 15 de junho de 1908, Ano II, nº 1

PEREIRA NETO, André Faria. **Palavras, intenções e gestos: os interesses profissionais da elite médica**. Congresso nacional dos práticos (1922). Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002, p.20.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Filantropos e fidalgos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Trad. Sergio Duarte. Brasília, Ed. Unversidade de Brasilia, 1981.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

WADSWORTH, James. **Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil.** Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo, 1999.

ZANIANI, Ednéia José Martins: **Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância.** Dissertação de mestrado. Maringá: 2008. Inscrição colocada em um vitral na entrada do Instituto de Proteção a Infância no Rio de Janeiro.